

Cadernos ASLEGIS

ISSN 1677-9010 / www.aslegis.org.br

A formação assimétrica da sociedade brasileira – fator de exclusão e violência¹

Sergio Senna

Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados
Área de Defesa Nacional e Segurança Pública

O recrudescimento da violência generalizada trouxe ao primeiro plano das discussões sociais esse tema importante, profundo e não trivial. A pesquisadora venezuelana Rosa del Olmo, em trabalho sobre o narcotráfico, apresenta que existe muita confusão no discurso universal, atemporal e a-histórico sobre a violência. Argumenta que não há como entender a violência de forma dissociada de suas raízes sócio-históricas.

Nesse contexto, o fenômeno do paralelismo, muito empregado nas explicações semânticas e sintáticas, é adequado para introduzir a idéia de que, numa sociedade, somente é possível colher o que foi plantado ao longo de sua história, pois o momento atual é coerente, paralelo com o ocorrido no seu passado.

Até mesmo a Bíblia Sagrada sustenta essa idéia, ao questionar se de uma mesma fonte pode jorrar água doce e salgada simultaneamente. Assim, como os anéis do tronco de uma árvore revelam as condições pelas quais passou o vegetal, as marcas sociais podem revelar como ocorreu o estabelecimento e o desenvolvimento da violência, em determinado povo. Conseqüentemente, a iniquidade e assimetria das relações de poder estabelecidas durante a nossa história estão no centro da questão da violência e da exclusão.

¹ O presente trabalho é uma introdução ao tema sociedade, violência e exclusão social que será desenvolvido pelo autor em outros artigos.

Alguns eventos típicos do jovem Brasil mostram, claramente, que a violência cotidiana não é um fenômeno isolado, mas possui fatores associados desde o período da colonização. A exclusão social, a carência de liberdade e a violência foram imbricadas durante o processo de formação e estabelecimento da nação.

Segundo Geraldo Pieroni (1999), entre 1580 e 1720, cerca de 17 mil portugueses foram banidos da sua terra. Muitos desses exilados foram destinados ao Brasil, principalmente nas primeiras décadas do período colonial. Um documento da Câmara de São Paulo, datado de 1613, conta que “talvez há hoje, nesta vila, mais de 65 homiziados, não tendo ela 190 moradores”. Esse registro serve de indicador da origem social de parte de nossos pioneiros. Durante a análise de quatro mil processos de banimento de portugueses para o Brasil, foram encontrados acusados de bigamia, feitiçaria, crimes contra a fé e “cristãos novos”, todos excluídos de sua própria pátria e partícipes do processo de formação da sociedade brasileira.

No entanto, durante os 500 anos de história do Brasil, pode-se notar que uma luta ardorosa pela liberdade e pela inclusão social vem sendo travada. Luta que se insurgiu contra as diferenças do sistema político-econômico estabelecido pela transição do mercantilismo para o capitalismo. Nesse período, foram necessários grandes contingentes humanos para a consecução dos objetivos econômicos de uma pequena parcela da população que emergia ao domínio, o que criou condições para o estabelecimento de muitas diferenças sociais.

Estrategicamente utilizado nesse contexto histórico-econômico, o castigo físico foi amplamente empregado como meio de dissuasão popular e exclusão. A sua corrente utilização expunha a iniquidade do sistema de conformação social vigente à época. Mesmo a lei, editada em 5 de março de 1790, que proclamava o desuso dos tormentos, não teve força para evitar que essa modalidade de suplício continuasse sendo utilizada por mais de 100 anos. A “sociedade” estava convencida de que os excluídos deviam ser punidos com crueldade.

No início do século XX, o castigo físico era utilizado em nosso sistema educacional como forma de excitar a memória infantil. Submetidas a esses suplícios, as crianças brasileiras tinham a sua estrutura de personalidade for-

mada com base na aplicação de punições. Fundamental para a formação de uma sociedade, a educação nacional estava permeada pela violência.

Outro exemplo oferecido pela história é o dos marinheiros do encouraçado Minas Gerais. Cansados das arbitrariedades cometidas, deflagraram a Revolta da Chibata, em 22 de novembro de 1910, para reivindicar um tratamento mais humano, justo e não excludente. Nesse episódio, foram traídos pelo Governo, que lhes subtraiu a liberdade prometida. Não obstante, João Cândido, o líder do movimento, passou para a história como “o Almirante Negro”, aquele que acabou com a chibata na Marinha do Brasil.

Para oferecer suporte a esses arbítrios, foram criados diversos diplomas legais que fundamentaram a doutrina da exclusão e o reinado da violência. A criminalização da vadiagem e da greve foi utilizada como instrumento de provimento de mão-de-obra, posta a serviço da crueldade legalmente fundamentada. Introduzidos na codificação brasileira em 1890, levou quase um século para que tais crimes fossem banidos do nosso ordenamento jurídico. Não é difícil imaginar o que tal ambiente social causou ao povo brasileiro, sendo possível inferir que a própria sociedade tem preparado cuidadosamente os seus criminosos há muito mais de 100 anos.

A grande separação que houve entre as raças formadoras da etnia brasileira foi outro fator que contribuiu para o aumento do débito social herdado pela presente geração. A mulher negra, por exemplo, foi discriminada e marginalizada durante toda a história do Brasil. Serviu como escrava, reprodutora, objeto de prazer e exploração dos senhores. Desprovida de conquistas sociais durante décadas, passou de ex-escrava a mal-assalariada, da senzala à favela, de ama-de-leite a mãe solteira. Nenhum outro segmento da população brasileira viveu tamanha desestruturação psicológica e social.

Solidariamente à questão racial estão a instabilidade e arbitrariedade políticas, que serviram de amálgama para a consolidação das diferenças sociais referidas. Assim, uma análise do recente processo político brasileiro ajuda a explicar o porquê da explosão de violência vivida na atualidade. Nesse sentido, o estudo dos eventos políticos ocorridos a partir da segunda metade do século XX é especialmente importante para a compreensão do momento atual.

Nos meados da década de 40, a Doutrina da Segurança Nacional foi responsável pelo embasamento teórico de décadas de exclusão. Disseminada por

militares norte-americanos, teve a origem da sua difusão no *National War College*. O objetivo dessa ideologia era garantir metas de segurança para implantar uma geopolítica para todo o Cone Sul do Continente Americano capaz de bloquear o perigo expansionista do comunismo internacional. Portadora de um discurso desenvolvimentista, prometeu diminuir as diferenças sociais e promover a liberdade que, nesse período, recebeu severas restrições, paradoxalmente ao que a doutrina sustentava.

Varrido por períodos ditatoriais, o Brasil teve grande parte de sua população excluída dos processos importantes da construção de uma grande nação. Estabelecido o Estado hobbesiano, o super-leviatã, o país foi assolado pela produção de leis iníquas que, mais uma vez, acentuaram a assimetria social – mergulhou-se no jogo da bipolaridade mundial. A Lei de Segurança Nacional foi um desses instrumentos e levou às barras militares muitos dos que lutavam pela liberdade, igualdade e fraternidade, o que auxiliou a produzir o que se vê hoje: a violência.

Nessa época, cunhou-se o termo “inimigo interno”, expressão maior da exclusão do compatriota-cidadão, que exemplifica a violência a que foi submetida a nação nesse período. Qualquer pessoa podia ser considerada, potencialmente, uma ameaça à Segurança Nacional. Uma vez mais, O Estado fez uso de instrumentos legais iníquos para estabelecer a exclusão. Porém, a história recente do país revela que a cidadania é conquistada em um processo de retomada da simetria social e se constitui em fruto de muita luta e sacrifício.

A alternativa viável para a solução do problema da violência que se apresenta para a sociedade brasileira é a reparação do débito social de exclusão construído ao longo dos séculos de existência do Brasil. Tamanha dívida não será quitada em pouco tempo, mas poderá ser paga por meio do processo de aperfeiçoamento da democracia que hoje vivemos e da construção de uma nova sociedade, fundamentada em pressupostos diversos dos vividos até o momento.

Essa reparação envolve a construção de espaços nítidos de liberdade, segurança e justiça.

Um espaço de liberdade, para que seja possível o exercício e o desfrute dos mais diversos direitos fundamentais, atributos jurídicos dos quais nenhum

homem jamais pode ser privado. Sobre isso, Norberto Bobbio (1992) afirma que é necessário ultrapassar o discurso da importância dos direitos humanos por meio de ações que, efetivamente, proporcionem o provimento dessas garantias a todo ser humano.

Um espaço de segurança, que proporcione a tranquilidade, salubridade e possibilite o desenvolvimento sadio da sociedade brasileira. Que seja um ambiente fértil para o culto dos valores necessários ao fortalecimento da estrutura familiar e das instituições basilares de uma nação forte.

Um espaço de justiça, no qual cada brasileiro esteja seguro de que encontrará amparo, quando tiver os demais espaços arbitrariamente invadidos. É possível que essa seja a mais difícil tarefa. Sobre esse tema, Foucault afirmava que seria necessário inventar a nova justiça, quiçá antevendo a importância e necessidade dessa esfera para a manutenção das demais premissas.

O estabelecimento desses espaços constitui-se em condição para o início do pagamento de débito social formado no contexto dos eventos históricos narrados. Por meio dos exemplos abordados é possível verificar que o lema da Inconfidência Mineira, longe de ser apenas um eco do pensamento de heróis do passado, é tão atual quanto cada um dos milhões de brasileiros que iniciaram o século XXI. Deve ser a nossa obsessão para o tempo presente: liberdade, ainda que tardia. Esse é um caminho para a cura da exclusão, da assimetria social, da violência.

Bibliografia

- ARRUDA, Antônio. *ESG: História de sua doutrina*. São Paulo: GRD, 1983.
- MAESTRI, M. *Cisnes negros: uma história da revolta da chibata*. São Paulo : Moderna, 2000.
- PIERONI, G. VIANNA, M. *Os degredados na colonização do Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1999.
- SAWAIA, B. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petropolis : Vozes , 2002.
- SILVA, F. C. et al. *Dicionário crítico do pensamento da direita*. Rio de Janeiro: Faperj, 2000.

